



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Ferreira, Muniz

RUMO À GLOBALIZAÇÃO – A economia brasileira e o espaço econômico mundial nas últimas
décadas do século XX

Caderno CRH, vol. 19, núm. 48, septiembre-diciembre, 2006, pp. 391-413

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632170003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RUMO À GLOBALIZAÇÃO – A economia brasileira e o espaço econômico mundial nas últimas décadas do século XX

Muniz Ferreira

INTRODUÇÃO

O mundo no pós Segunda Grande Guerra caracterizava-se pelo desenvolvimento intenso do processo de internacionalização do capital nas economias dos países da América do Norte e da Europa Ocidental, atingindo, em seu desdobramento, o Japão.¹ Tal processo de internacionalização do capital teve como pressupostos os seguintes fatores:

- A configuração da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos sobre o conjunto do mundo capitalista, em consequência da destruição de parte considerável das estruturas econômicas européias durante a conflagração bélica. Essa hegemonia adquire seus contornos a partir da assinatura do acordo de Bretton Woods.
- A generalização do padrão manufatureiro norte-americano, a partir da própria afirmação da hegemonia econômica dos EEUU no mundo capitalista e da sua participação direta nos processos de reconstrução das economias européias

(Plano Marshall), em cujo bojo o sistema de organização empresarial norte-americano acabaria se impondo como modelo a ser copiado pelos demais países.

- A busca da ampliação dos espaços de consenso e cooperação entre os principais países capitalistas ocidentais e seus respectivos grupos monopolistas, de modo a fazer frente à expansão do socialismo no mundo. Tal fator foi particularmente decisivo, não só no caso da reconstrução econômica japonesa, como também no que concerne à República Federal Alemã e a outros países euro-ocidentais.
- A afirmação do dólar como moeda forte para as transações internacionais, fundamentada na adoção do padrão de conversibilidade entre dólar e ouro na Conferência de Bretton Woods e na atuação dos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, além do estabelecimento de mecanismos de regulação das trocas internacionais, como o GATT.

A presença de tais fatores no cenário internacional galvanizaria uma situação que certos autores denominam como *Pax Americana*, caracteri-

¹ Ver, a esse respeito, Urban, 1967; Melandri, 1980.

zada pela supremacia político-militar dos Estados Unidos, investidos da condição de guardiões da segurança do mundo ocidental e fiadores da reconstrução econômica dos países capitalistas diretamente envolvidos na Segunda Guerra Mundial, garantindo-lhes todos os recursos para a reconstituição de seu potencial produtivo e a busca de inovações tecnológicas, sob a cobertura do “guarda-chuva nuclear” norte-americano e a garantia das reservas do Tesouro dos Estados Unidos.

Dessa forma, o processo de internacionalização dos capitais das economias centrais e a sua subsequente exportação em direção aos países da “periferia” do sistema capitalista mundial encontram-se balizados por fatores históricos claramente definíveis.

Em decorrência dessa reconstrução econômica conduzida sob a égide do poderio norte-americano, seriam as filiais das empresas dos EEUU a vanguarda dessa nova fase do processo de internacionalização e exportação de capitais, agora sob a forma da expansão “multinacional” das grandes corporações empresariais estadunidenses.

A ECONOMIA BRASILEIRA: do pós-Guerra ao período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek

Ao finalizar a Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira também ingressou em um período de redefinições. Os anos anteriores haviam sido marcados pela intensificação do processo de substituição de importações, apoiado numa política governamental de incentivos e de investimentos públicos na indústria de base, com a finalidade de fortalecer a capacidade produtiva do país, através da criação de empresas vinculadas ao setor de bens de capital. Exemplo maior dessa política foi a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

Contudo a Conferência de Bretton Woods recolocou o liberalismo na ordem do dia, sendo encaminhadas várias pressões contra os países participantes, entre os quais estava o Brasil, no

sentido de abrir seus mercados e facilitar as importações.

A deposição do presidente Getúlio Vargas nesse mesmo ano e a chegada à Presidência da República do general Eurico Gaspar Dutra iriam representar também uma tentativa de adaptação da economia brasileira às novas tendências da economia mundial, o que significava o abandono do padrão estatizante e substituidor de importações do período estado-novista e a tentativa de adoção do receituário econômico liberal.

Entre 1945 e 1947, a administração Dutra colocou em prática aquilo que ficou conhecido como a “política econômica do ioiô”. Tratava-se de uma política de ampla liberalização das importações, facilitando a entrada, no país, de bens de consumo duráveis, como automóveis, e também de artigos supérfluos como *lingeries* e até prosaicos *ioiôs*.²

Ao cabo de dois anos, os resultados produzidos por tal orientação manifestavam-se na reversão do superávit comercial, com o qual o Brasil terminara a Segunda Grande Guerra, em déficit, além da diminuição das exportações.

Os problemas decorrentes dessa política econômica fizeram com que o governo do presidente Eurico Dutra promovesse, a partir de 1947, sua reorientação. O reaparecimento do déficit público, o esgotamento das reservas cambiais e a queda da produção industrial exigiam um maior controle das importações e novos incentivos à indústria nacional.³

A elaboração do Plano SALTE representou, em sua essência, uma tentativa de restabelecer um controle sobre os gastos públicos e de coordenar os investimentos governamentais no âmbito de um planejamento global. Porém, embora o Plano tenha sido incorporado ao orçamento federal e bastante explorado nos discursos oficiais, sua aplicação se restringiu ao desenvolvimento dos transportes rodoviários.⁴

² Cf., Abreu, 1989, Cap. 4

³ Cf., Abreu, op. cit., Cap. 4

⁴ Idem, ibidem.

O retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1950, representou uma tentativa de retomada do padrão de investimentos estatais nas indústrias de base, segundo o modelo adotado durante o Estado Novo. A partir dessa premissa, o governo instituiu, entre seus objetivos fundamentais, a criação de grandes empresas estatais, sobretudo no setor energético. Tal política teve como principal desdobramento a criação da Petrobrás em 1953.⁵

Entretanto, a segunda presidência de Vargas não seria caracterizada pela tranqüilidade. Além de governar sob o fogo cerrado da oposição udenista, esse governo encontrou, outrossim, uma conjuntura internacional desfavorável. A tentativa de retomada de um processo de industrialização, nas bases em que fora realizado durante o Estado Novo, era, naquelas condições, bastante difícil. Tais dificuldades advinham da nova configuração da economia internacional, resultante do reerguimento das economias européias, apoiadas nos programas norte-americanos de reconstrução e reorganizadas segundo os métodos de gestão empresarial e com tecnologia industrial norte-americana.⁶

Tais fatores, combinados com a emergência, na cena econômica internacional, das corporações multinacionais, iriam redefinir as relações entre os países capitalistas industrializados e os países "subdesenvolvidos", os quais se integrariam em um novo sistema de divisão internacional do trabalho, de forma periférica e subordinada, como cadeias da rede de reprodução ampliada do capital dos grandes monopólios multinacionais.⁷

A esse respeito, cabe assinalar que as relações da economia brasileira com o capital estrangeiro, nos anos do pós-guerra, estiveram parametradas pela concepção de "interdependência", sobretudo face aos Estados Unidos, visando, como assinala Mario Luiz Possas, a "atrair fundos externos e capital de risco para empreender planos de desenvolvimento" (Possas, 1988, p.18).

⁵ Ibdem. Cap. 5

⁶ Cf., Mendonça, 1986. Cap.2

⁷ Cf., Cardoso; Faletto, 1970.

Dessa forma, foi estabelecido em 1948 um programa oficial de pesquisa bilateral conhecido como "Missão Blink", que evoluiria mais tarde para a *Comissão Conjunta Brasil-EUA*. As principais conclusões dessa Comissão recomendavam a liquidação imediata dos fatores de estrangulamento e desequilíbrio, os quais, segundo ela, já estariam dificultando em longo prazo o desenvolvimento do país, particularmente nas áreas de transporte, energia, assim como na estrutura financeira.

Para a concretização desse objetivo, a Comissão propunha a captação de "fundos externos e investimentos de risco", segundo Mario Luiz Possas:

Este empreendimento iria exigir um inteiro complexo de novas instituições das quais a mais importante seria a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 – e novas diretrizes na política econômica, que favoreciam investimentos privados estrangeiros – como a instrução 113 da SUMOC (licença de importação sem depósito de câmbio) – e, acima de tudo, constituiu a primeira experiência de um planejamento econômico abrangente que integrou metas setoriais que tiveram êxito no Brasil conhecida como Programa de Metas (1955-1960).⁸

Com efeito, esse "programa de metas" constituiu o principal suporte da política desenvolvimentista implementada durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1960). Tal programa consistia num inventário de objetivos a serem atingidos e teve como inspiração as análises de um grupo de trabalho formado, já em 1952, por membros da *Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina* (CEPAL), juntamente com técnicos do recém-criado *Banco de Desenvolvimento*. Tratava-se de um conjunto de 31 metas distribuídas em seis grupos da seguinte maneira:

- a) energia (metas de 1 a 5): energia elétrica, nuclear, do carvão, do petróleo (esta dividida em produção e refinação);
- b) transporte (metas de 6 a 12): reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos;

⁸ Possas, op. cit., p.19. Ver ainda Lessa, 1975; Tavares, 1972.

- c) alimentação (metas de 13 a 19): trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes;
- d) indústrias de base (metas de 19 a 29): aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico;
- e) educação (meta 30);
- f) construção de Brasília (meta-síntese).⁹

Como oportunamente observou Ricardo Maranhão,¹⁰ para a consecução de um plano tão ambicioso, Juscelino Kubitschek só poderia contar com dois tipos de recursos: aqueles provenientes das emissões governamentais e os financiamentos externos. Para a obtenção dos primeiros, Kubitschek teve de travar uma batalha contra setores de seu governo que, inspirados por uma visão “monetarista”, opunham-se à ampliação dos gastos públicos e preconizavam uma reforma cambial e a contenção inflacionária (desse grupo faziam parte pessoas como o então presidente do BNDE, Lucas Lopes, e outros assessores governamentais, como Roberto Campos e Paulo Cook Correia).

Vencida a batalha, através da intervenção decisiva do Ministro da Fazenda, Sr. José Maria Alkmin, o governo pôde dispor dos recursos necessários. Partiu-se, então, em busca dos financiamentos externos, processo esse assim descrito por Ricardo Maranhão:

Quanto aos recursos externos, havia dificuldades geradas pela resistência do FMI (Fundo Monetário Internacional) em aceitar uma política econômica não adequada aos seus parâmetros. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), subordinado ao FMI, não manifestou muito boa acolhida aos pedidos do governo brasileiro, dando início a uma série de divergências que culminaram no rompimento com Fundo por parte de JK. Mas este conseguiu obter logo um financiamento de 125 milhões de dólares do Import-Export Bank de Washington, pelo interesse que essa instituição demonstrou nas metas sobre renovação do equipamento ferroviário e reaparelhamento e drenagem de portos. Além disso, os governos europeus como o

alemão e o francês, e o governo japonês, se interessaram pelos planos de Juscelino: isso era resultado direto dos interesses dos grupos monopolistas sediados nesses países e que viam boas perspectivas de lucro em investimentos no Brasil. É o caso dos grupos Krupp e Daimler Benz da Alemanha, que desde o início do governo passaram a investir aqui, bem como dos grupos japoneses que vieram a fundar a siderúrgica USIMINAS. Em pouco tempo ficaria claro para as grandes empresas multinacionais, mesmo para as sediadas nos EUA, que a política do presidente era extremamente benéfica para a reprodução de seus capitais em nosso país.¹¹

Através da instrução 113 da SUMOC, de 22/01/1955, foram oferecidas vantagens às empresas estrangeiras que desejasse se estabelecer no Brasil, tais como: isenção de taxas, impostos e liberação de cotas de importação de máquinas e equipamentos destinados à modernização das indústrias. Essa instrução gerou as mais variadas controvérsias, tendo sido acusada, dentre outras coisas, de beneficiar a empresa estrangeira em detrimento da nacional, não deixando a essa última outra alternativa senão a sua incorporação ou associação aos grupos internacionais. Contudo o fato objetivo é que, a partir do governo de JK, verificou-se um aumento considerável da entrada de capitais estrangeiros no país, pois, se até o ano de 1950, o montante total do capital estrangeiro investido no Brasil era da ordem de 294 milhões de dólares, em 1960 essa quantia já ascendera ao valor de 2,5 bilhões, elevação devida, sobretudo, aos grandes investimentos realizados por grupos internacionais nas indústrias automobilística e de eletrodomésticos.¹²

O LANÇAMENTO DAS BASES PARA O NOVO CICLO EXPANSIVO: a política econômica dos primeiros governos militares

Encerrado o período de JK à frente da presidência da República e, consequentemente, esgotada a fase de vigência do programa de metas, o processo de desenvolvimento industrial brasileiro viu-

⁹ Benevides, *apud* Maranhão, 1981. p 57.

¹⁰ Idem.

¹¹ Maranhão, *op. cit.*, p. 58-59.

¹² Cf. Possas, 1987.

se às voltas com a inexistência de mecanismos capazes de impulsionar a continuidade do ciclo de crescimento até então em curso.

Uma das causas dessa paralisação foi a limitação da capacidade produtiva do parque industrial brasileiro, cujo atraso tecnológico, inadequação operativa e organizacional inviabilizavam o desenvolvimento dos setores de ponta da indústria de então (metal-mecânica, equipamento elétrico, máquinas, ferramentas, material de construção, etc.). Outro motivo foi a limitação da demanda, em consequência da excessiva concentração da renda, que inibia a expansão e a diversificação do consumo entre as camadas médias urbanas.

Inversamente, sobretudo nos anos do governo de João Goulart, verificou-se um processo, ainda que tímido, de ampliação da massa salarial, como decorrência do aguçamento das reivindicações trabalhistas (toleradas e, em alguns casos, incentivadas, pelo próprio governo), o que conduziu a uma queda tendencial da taxa média de lucro das empresas e o declínio da rentabilidade das inversões.

Além disso, tivemos também uma redução extremamente significativa da capacidade de realização de investimentos governamentais, devido ao crescimento do déficit público e ao desequilíbrio da relação entre gastos e carga fiscal, à qual não foi alheia a precipitação do nível inflacionário.

Por último, observa-se a queda das inversões estrangeiras decorrentes da política de controle das remessas de lucros ao exterior estabelecida por Goulart em 1963, além dos fatores mencionados acima.

Concluída a conspiração militar com o bem sucedido *putsch* de março-abril de 1964, tratou o novo governo de adotar as medidas necessárias para a estabilização da economia brasileira e a criação das condições necessárias para a retomada do processo industrializante e desenvolvimentista da década anterior. Como, muito convenientemente, observou Leo Hollerman:

Quando os generais se apropriaram do governo em 1964, seguiram o manual de prescrições para o desenvolvimento econômico: promoção das exportações, com ênfase nos novos produtos indus-

triais; captação do investimento direto estrangeiro para suplementar a poupança interna; controle da inflação e acumulação de capital através da restrição dos salários e de políticas tarifárias. Estas políticas foram implementadas de forma a reforçar o dualismo. Após chegar ao poder, os militares instituíram uma reforma tarifária que forneceu ao governo uma enorme massa de novas rendas, mas a "reforma" foi imposta com a finalidade de expropriar os salários em benefício do setor estatal. Sob o governo do Presidente Emílio Médici e seu ministro da fazenda, Delfim Neto, o milagre econômico (1968/1973) foi também um exercício em matéria de repressão física, social e política que negava tanto o direito à palavra quanto os frutos do progresso ao setor atrasado da economia dualista do Brasil. De acordo com Celso Furtado, o chamado *milagre brasileiro* foi baseado no gigantismo e na paranóia, tendo arruinado a economia brasileira. Com efeito, o crescimento foi alcançado sem que houvesse desenvolvimento. (Hollerman, 1988, p.46-47).

Dessa forma, já em 1965, o regime anunciou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), concebido e executado sob a supervisão direta das principais autoridades econômicas de então: os Ministros da Fazenda e do Planejamento Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões. Por meio desse plano, foi implantada uma orientação econômica ortodoxa, através da qual se produziu a contenção da demanda e se realizou uma reforma monetária e financeira de grande impacto. Criou-se o mecanismo da correção monetária e foram adotadas providências visando à modificação do perfil da dívida externa brasileira, com o estímulo à emissão de títulos públicos.

Ao mesmo tempo, foi instituída uma rígida política salarial, através da decretação do fim da estabilidade no emprego e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo também reformulada a política previdenciária, com a criação do INPS, e reprimido o movimento sindical.

Durante o governo do marechal Castelo Branco, foram introduzidas algumas modificações importantes na estrutura da administração pública, concretizando objetivos traçados ainda durante o governo do presidente Kubitschek. Foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH) com recursos obtidos junto ao FGTS, foram operacionalizados os sistemas Petrobrás e Eletrobrás e criado o sistema Telebrás. Além disso, avançou-se na consolidação de um modelo de economia mista, em

que as empresas passaram a desempenhar um papel privilegiado na articulação entre o Estado brasileiro e o grande capital nacional e internacional, modelo esse que atingiria o seu apogeu na década seguinte.

Portanto, os pontos fundamentais do Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco podem ser resumidos nas seguintes medidas:

- a) contenção dos salários através da ação repressiva sobre os sindicatos de trabalhadores, fim do sistema de estabilidade no emprego e dos contratos coletivos de trabalho;
- b) remanejamento dos preços internos relativos, de modo a eliminar os déficits das empresas estatais e aumentar as margens de remuneração do capital investido em serviços básicos;
- c) reforma fiscal audaciosa, visando à adequação das receitas do Estado à nova quantidade e qualidade da estrutura de produção como preeminentia dos setores e ramos do Departamento III (bens de consumo duráveis);
- d) liberação de tarifas e preços dos serviços e bens produzidos pelas empresas estatais, de modo a cortar a estreita dependência dos recursos do Estado e deter a “hemorragia fiscal inflacionária”.

No que concerne à recuperação do nível das inversões estrangeiras, foi elaborada, em 1966, a instrução 289, objetivando atrair o capital externo de curto prazo, de modo a capitalizar os ramos mais importantes da indústria brasileira de então. Além disso, impulsionou-se o desenvolvimento de uma série de empresas financeiras privadas e foram lançadas as bases para o restabelecimento dos projetos conjuntos de longo prazo, entre o capital estrangeiro e o Estado, nos setores da indústria de base: mineração, equipamentos, petroquímica, construção naval, transportes, energia elétrica, etc.

No bojo desse processo, efetua-se o redimensionamento da participação do Estado Brasileiro na atividade econômica como investidor e “planificador”. Segundo dados do IPEA, citados por Maurini,

O crescimento do poder econômico do Estado, que retém em 1966 uma carga tributária da ordem de 29,9% do PIB, contra 14,7% em 1947, é

acompanhado de sua adequação institucional e jurídica, às novas condições. Dispondo de grandes recursos, o Estado utiliza-os no aumento dos gastos de consumo ou em investimentos produtivos; nos anos de crise, a participação média do Estado nos investimentos é da ordem de 31% entre 1964 e 1967, essa participação aumenta para 38,4%.¹³

O efeito produzido pela nova orientação econômica implementada pelas autoridades militares nesse período desempenhou um efeito dinamizador sobre o conjunto do sistema produtivo e teve como corolário a reutilização da capacidade produtiva ociosa e a expansão da capacidade instalada, provocando índices de crescimento econômico da ordem de 9% ao ano. Dessa forma, foram corrigidos alguns aspectos limitadores à presença dos capitais estrangeiros na economia brasileira e preparado o terreno para um verdadeiro *rush* de empresas estrangeiras no Brasil, ocorrido entre o final da década de 60 e o princípio da década de 70, período esse conhecido como de vigência do “milagre econômico brasileiro”.

O FIM DO “MILAGRE” E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

Entretanto, o ano de 1973 assinala o apogeu e o esgotamento do ciclo de desenvolvimento conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Longe de haver sido uma simples causalidade histórica, o processo de expansão econômica verificado no Brasil, no período de 1968-1973, baseou-se na concentração e centralização aceleradas do capital, na super exploração da força de trabalho e na acentuação dos vínculos da economia brasileira com a economia internacional, via inversões e financiamentos externos.

Esse ciclo de crescimento econômico beneficiou-se ainda da existência de uma grande capacidade industrial ociosa e uma enorme reserva de força de trabalho não utilizada e de baixo custo.

¹³ IPEA. Ministério do Planejamento. *A industrialização brasileira: diagnósticos e perspectivas*. 1969.

Ademais, pôde contar também com uma conjuntura internacional favorável, o que possibilitou a captação de volumes consideráveis de recursos externos e garantiu a existência de mercados consumidores para o escoamento de nossas exportações.

Embora a economia brasileira registrasse, em 1973, uma taxa de crescimento da ordem de 11,4% (sendo 16% de incremento no setor industrial e 4,2% no setor agro-pecuário), alguns indicadores econômicos apontavam para a manifestação de sintomas de crise. O primeiro desses sintomas foi o recrudescimento dos índices da inflação. Não obstante as projeções realizadas pelas autoridades militares de que ela não ultrapassaria o nível de 12% nesse ano, os números oficiais registraram a marca de 13,7% no então Estado da Guanabara, ao passo que, em outros estados, os índices obtidos ultrapassaram algumas vezes a marca de 20% (Guerra, [1972?]).

Para além do significado isolado desses dados e das diferenças percentuais aparentemente pouco expressivas, devem-se ressaltar dois fatores: em primeiro lugar, o sentido progressivo da taxa inflacionária; em segundo, suas reais repercuções sobre a economia brasileira da época.

Essa apropriação poderá ser mais bem ilustrada se nos remetermos ao tratamento até então concedido ao problema inflacionário pelos governos militares do pós-64. Esses governos, regra geral, costumavam combinar medidas rigorosas de controle do déficit público com medidas de neutralização gradual do processo inflacionário. Os tratamentos de choque que pudessem desencadear a recessão econômica eram evitados, com adoção de políticas de redução paulatina da inflação. Aceitava-se tacitamente a idéia de que seria necessário conviver com a inflação durante um período mais ou menos longo, admitindo-se a inevitabilidade do crescimento econômico com uma inflação que deveria ser controlada, mas não necessariamente eliminada. Diante dessa constatação, buscava-se a criação de instrumentos de política econômica que neutralizassem os efeitos mais desastrosos da inflação, ou seja, que garantissem taxas de juros compensadoras, estimulassem a poupança, evitas-

sem o estocamento e a especulação e assegurassem, sobretudo, a existência de bases reais para a realização do cálculo empresarial de médio e longo prazo. A partir daí, desenvolveram-se mecanismos como as correções monetárias e cambial, cuja finalidade consistia em viabilizar a coexistência da inflação com o crescimento da economia, neutralizando os aspectos mais perniciosos do processo inflacionário sobre a atividade econômica.

Porém os instrumentos utilizados pelos governos militares para controlar o crescimento dos níveis da inflação começaram a demonstrar suas limitações justamente a partir do ano de 1973. Desde então, malgrado a existência em vigor dos "mecanismos neutralizadores" (como as correções monetária e cambial), verifica-se o desestímulo à poupança, a especulação, a formação de estoques, a instabilidade e a incerteza, as quais, entre outras coisas, propiciavam um ambiente pouco favorável à ampliação das inversões nas atividades produtivas. Aos fatores internos destacados anteriormente, somam-se a alta internacional dos preços do petróleo, a crise monetária internacional que se seguiu ao fim do sistema de conversibilidade dólar-ouro, o aumento do preço das matérias-primas em âmbito internacional e o excesso de liquidez das principais economias ocidentais.

De fato, o ano de 1972 já assinalara um índice bastante elevado de crescimento econômico nas principais economias industrializadas do mundo, o que provocou um aumento na demanda de matérias-primas para as indústrias dos países centrais. Esse processo foi agravado pela crise da conversibilidade do dólar e fez com que grandes grupos econômicos internacionais optassem por estocar matérias-primas ao invés de convertê-las em papel-moeda. Esses fenômenos combinados impulsionaram para cima a cotação do ouro e os preços das matérias-primas.

O aumento do preço das matérias-primas repercutiu rapidamente na economia brasileira, desequilibrando a balança comercial do País e provocando o aumento dos preços das mercadorias produzidas internamente com a utilização de maquinarias e insumos importados. Por outro lado, a

valorização internacional dos produtos de exportação brasileiros estimulou a elevação dos preços internos desses mesmos produtos, acentuando mais ainda as tendências inflacionárias então existentes.

Concomitantemente, e como consequência do ciclo de crescimento econômico vivido pelas economias ocidentais naquele período, verificava-se a existência de um “excesso” de liquidez nas economias dos países desenvolvidos. Essa excessiva liquidez propiciou a realização de empréstimos e financiamentos econômicos por parte dos grandes bancos internacionais a países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. A obtenção de tais empréstimos pelas autoridades brasileiras visava a contrabalançar os déficits em conta corrente e manter uma elevada taxa de inversões.

Entretanto, a entrada no país de grandes volumes de empréstimos estrangeiros acabava obrigando o governo brasileiro a emitir moeda, aumentando a massa de meios de pagamento em circulação no país e alimentando, assim, os fatores inflacionários.

Acrescente-se a tudo isso o crescimento da demanda efetiva em níveis desproporcionais à ampliação da capacidade de produção das indústrias de bens de consumo. Tal crescimento de demanda vincula-se, por sua vez, a características assumidas pelo processo de distribuição da riqueza nacional durante os anos da vigência do “milagre econômico”, que criou um segmento das camadas médias urbanas dotado de elevado poder aquisitivo e interessado no acesso a bens de consumo duráveis. O desequilíbrio entre a procura e a oferta desses bens, por sua vez, foi responsável também pela intensificação dos níveis da inflação nesse período.

Por fim, não se pode deixar de fazer menção ainda à ação desempenhada pelos grandes grupos financeiros no mercado aberto de capitais, os quais desviavam volumosas massas de capitais para as atividades especulativas, além de pressionarem no sentido do aumento da liquidez.

GEISEL E AS REDEFINIÇÕES NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA

Diante das condições dominantes na economia brasileira, o general Ernesto Geisel, imediatamente após sua posse em 1974, iniciou a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND), cuja ênfase recaía sobre a necessidade de expansão da indústria de bens de produção (máquinas, equipamentos pesados, aço, cobre, fertilizantes, energia elétrica, etc.), com a finalidade de consolidar a infra-estrutura econômica brasileira e reduzir a dependência da importação de insumos, equipamentos e matérias-primas.

A partir da constatação do esgotamento da capacidade de absorção de alguns ramos industriais e da escassez de certas matérias-primas e insumos básicos, como aço, fios de cobre, produtos petroquímicos e pneus, o governo prevê a reorientação dos recursos, de modo a privilegiar o desenvolvimento das indústrias básicas, além de propor uma diminuição nos ritmos de crescimento industrial, então situados no nível de 15% ao ano, para 12%.

Ao acentuar a necessidade de realização de grandes obras de infra-estrutura e a implementação de grandes projetos nos setores de mineração, energia e transportes, o governo Geisel apontava no sentido da reedição, segundo Leo Hollerman, do processo de substituição de importações:

Após a crise do petróleo de 1973, o Brasil embarcou intensamente em um programa renovado de substituição de importações como forma de fazer frente ao preço do petróleo e a dependência brasileira em relação à economia mundial que se encontrava em fase de depressão.¹⁴

Esse novo Plano de Desenvolvimento, além de procurar aprofundar aspectos da orientação econômica delineada durante o governo Médici, previa também um reforço da presença estatal na economia, através da realização das custosas obras de infra-estrutura já mencionadas. Esse reforço da

¹⁴ Hollerman, *op. cit.*, p. 51.

presença estatal na economia atuaria no sentido de redimensionar as relações do Estado com os grandes grupos privados nacionais e, sobretudo, com o grande capital internacional.

A busca de fontes energéticas alternativas ao petróleo importado, cuja elevação dos preços no mercado internacional desequilibrara a balança comercial brasileira, estimulava a adoção de medidas governamentais de grande repercussão, como a criação do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool), a autorização para a assinatura dos “contratos de risco” entre a Petrobrás e companhias estrangeiras para a prospecção do petróleo em território brasileiro e o desenvolvimento do programa nuclear.

O Programa Nacional do Álcool foi criado pelo Decreto nº 76593 de 14 de novembro de 1975, com a finalidade de concretizar os seguintes objetivos básicos: a) expandir a produção do etanol; b) reduzir as disparidades regionais de renda; c) aumentar a renda interna, através do melhoramento de sua distribuição; d) estabelecer um bom aproveitamento das principais matérias-primas existentes no País; e) implantar destilarias de álcool de acordo com os objetivos do programa).¹⁵

Desde a sua gênese, esse programa foi objeto de fortes críticas da parte dos círculos oposicionistas, face a suas implicações ecologicamente nocivas, na medida em que propiciava um aumento sem precedentes nas descargas de vinhoto sobre os leitos de alguns dos principais rios do País, comprometendo-lhes a sobrevivência, além de comportar medidas socialmente retrógradas, já que impulsionava a concentração da propriedade da terra e reforçava o poder econômico e político dos grandes usineiros, sobretudo na região nordestina. Mesmo assim, esse programa logrou, em seus primeiros anos de existência, atingir a maior parte dos objetivos estabelecidos quando de sua concepção, tendo-se obtido a aprovação, quatro anos após o início do seu funcionamento, de 243 projetos de construção de destilarias anexas e autônomas, como observava Valdir Pietre:

¹⁵ Cf., Pietre, 1980, p. 68-69.

... a produção nacional de álcool anidro saltou de 550 milhões de litros, em 1975, para os quatro (4) bilhões que estão sendo produzidos nesta safra de 1979. Graças a tão expressivo aumento, a mistura do álcool anidro à gasolina, que era em média de 2,3% da gasolina consumida, de 1970 a 1977, saltou em 1978 para 8% devendo este ano chegar a 15% do total que será consumido.¹⁶

Cabe observar, no entanto, que, do ponto de vista de sua implementação prática, o Programa Nacional do Álcool careceu de uma planificação mais sistemática e eficiente. Na verdade, as medidas de planejamento realizadas limitaram-se à concessão de determinados incentivos fiscais aos plantadores de cana, estimulando, por sua vez, a valorização das grandes propriedades rurais adstritas à lavoura canavieira, ensejando o aprofundamento do processo de concentração da propriedade rural no interior do Brasil e animando o processo de substituição de culturas agrícolas em benefício da grande lavoura açucareira e em detrimento da produção de alimentos.

Quanto às implicações ambientais, o programa foi acusado de provocar a morte de vários rios, comprometendo seriamente a sobrevivência da bacia hidrográfica das principais regiões envolvidas no projeto, através do depósito de grandes quantidades de vinhoto, um subproduto da cana altamente poluente e não biodegradável.

Os mesmos propósitos governamentais inspiraram a decisão, anunciada em pronunciamento presidencial no mês de outubro de 1975, no sentido de conceder às companhias estrangeiras o direito de proceder à prospecção e à exploração do petróleo em território nacional, através da assinatura, com a Petrobrás, dos chamados “contratos de risco”. Essa política provocou as acusações, feitas por círculos oposicionistas, de que ela representava o fim do monopólio estatal do petróleo e a desnacionalização da indústria petrolífera brasileira.

Como afirmou José Goldenberg na ocasião, a iniciativa de autorizar a assinatura dos “contratos de risco” com as companhias estrangeiras que quisessem realizar a prospecção de petróleo no território brasileiro foi uma atitude imediatista, uma

¹⁶ Idem ibdem, p. 71.

vez que, desde fins da década de 60, a Petrobrás praticamente interrompera suas atividades de prospecção no País. O governo brasileiro considerou mais prático permitir às empresas estrangeiras a realização de tais atividades, a investir no reaparelhamento da Petrobrás e na geração de tecnologia apropriada no interior do próprio País.¹⁷

Adilson de Oliveira, então professor da área de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, destacou dois aspectos problemáticos na questão:

- a) 26,25% do óleo encontrado ou será exportado (hipótese mais provável, uma vez que isso só não acontecerá se o Presidente da República declarar o país em crise) ou será pago em *dólares*;
- b) todos os investimentos em exploração, avaliação e desenvolvimento dos campos produtores serão reembolsados em *dólares*, sendo que os investimentos em desenvolvimento que representam, de longe, maior parcela serão pagos com uma taxa anual de juros igual ao *prime rate* do Bank of America mais 1% (Oliveira, 1980, p.43-62).

Portanto, às acusações de quebra do monopólio do petróleo e desnacionalização daquele ramo da indústria brasileira associaram-se também denúncias acerca do custo oneroso de tais operações para os cofres públicos, contribuindo para o incremento do endividamento externo do Brasil frente aos bancos internacionais. Além disso, destacou-se ainda o desestímulo representado pelos “contratos de risco” em relação ao desenvolvimento da tecnologia nacional e as possibilidades de ação para o acombarcamento das reservas de petróleo disponíveis em nosso País pelos grupos internacionais.

Outra iniciativa de grande impacto tomada pelo governo brasileiro, nesse período, foi a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha. Os primórdios do programa nuclear brasileiro remontam ao ano de 1945, quando da assinatura do Acordo Atômico Brasil-EEUU, através do qual o Brasil assumia o compromisso de exportar areias monazíticas, ricas em tório, para alimentar as usinas nucleares norte-americanas. Não obstante, tal acordo não garantia ao Brasil o

acesso à tecnologia nuclear desenvolvida nos Estados Unidos, sobretudo a partir da Lei MacMahon de 1954, que interditava a transmissão, para terceiros países, dos conhecimentos desenvolvidos naquele País em matéria de energia nuclear.

Em 1956, foi criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), como desmembramento do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Nessa mesma época, as autoridades norte-americanas, diante do fato consumado do desenvolvimento da tecnologia nuclear por países como URSS, Inglaterra, França, Argentina e Índia, iniciam o programa “Átomos para Paz”, ao qual o Brasil se incorporou no ano de 1965. Em 1968, todos os institutos de pesquisa nuclear foram colocados sob o controle do Ministério da Minas e Energia, através do decreto-lei nº 200. Nesse mesmo ano, foi decidida a construção da usina nuclear Angra 1. Em 1972, o Brasil adquiriu, junto à *Westinghouse* dos EUU, um reator nuclear de 627 megawatts.

Em 1974, foi instituída a Nuclebrás, a partir da associação do Estado brasileiro com o grupo alemão *Kraftwerk Union* (KWU)-SIEMENS. O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, assinado em Bonn no ano de 1975, previa a transferência de tecnologia alemã para o Brasil, além de equipamentos e componentes necessários à implementação do programa, sendo os reatores nucleares de 627 e 1300 KW adquiridos junto à KWU-SIEMENS, e o urânio enriquecido (U235), adquirido junto à *Westinghouse* dos Estados Unidos.

Esse programa, a exemplo de outros apresentados anteriormente, foi também objeto de uma série de críticas. Em primeiro lugar, quanto à sua real utilidade, uma vez que a concepção proposta subestimou profundamente o potencial hidrelétrico do País, crítica essa confirmada pelo fato de que, após a conclusão das obras da hidrelétrica de Itaipu em 1972, o Brasil passou a contar com um considerável excesso de energia elétrica, o que provocou uma revisão dos planos governamentais e o adiamento da data de instalação definitiva das usinas previstas no cronograma original do programa nuclear (Oliveira, 1980, p.43-62).

Por outro lado, a ausência de discussões

¹⁷ Cf, Goldenberg, 1983, p. 91-105.

sobre o programa no interior da comunidade científica brasileira contribuiu decisivamente para que o País incorporasse tecnologias já obsoletas, quando da assinatura do Acordo. Outra crítica dizia respeito ao alto custo do programa, responsável, quando da elevação das taxas de juros internacionais no final da década de 1970, por parcela não desprezível da dívida externa brasileira. Por fim, cabe registrar também a preocupação demonstrada, já naquela ocasião, quanto aos problemas relacionados à segurança da usina e à ameaça às populações circunvizinhas, assim como as possibilidades de danos incalculáveis e irreversíveis ao meio ambiente.¹⁸

A ECONOMIA MUNDIAL APÓS A SEGUNDA CRISE INTERNACIONAL DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

Os abalos decorrentes do segundo choque internacional do petróleo, no ano de 1978, ocorreram em uma conjuntura caracterizada pela instabilidade financeira e cambial, tendo como pano de fundo a deterioração da hegemonia econômica dos Estados Unidos, associada a uma crise de liquidez global.¹⁹

Além disso, é necessário agregar as implicações resultantes do agravamento do déficit comercial norte-americano. A emergência, já em fins da década de 60, do Japão e da Alemanha como economias capitalistas dinâmicas e com alto grau de competitividade abalará as posições anteriormente controladas pelos Estados Unidos no comércio internacional, ampliando o fluxo líquido das exportações para aquele País e resultando no crescimento sucessivo de seu déficit comercial a partir do ano de 1971.²⁰ Como observou Ricardo Carneiro:

¹⁸ Cf., Goldenberg, 1983, *op. cit.*, 91-105.

¹⁹ Acerca da crise econômica mundial decorrente do segundo choque internacional do petróleo, ver as seguintes obras: Coutinho, 1982, v.1; Furtado, 1983; Tavares, 1983.

²⁰ Ver a esse respeito, Bouzas, 1984.

A partir desse momento, os Estados Unidos se colocam numa posição singular: continuam como exportadores líquidos de capitais e, simultaneamente, possuem um déficit nas transações com o exterior. A existência de excesso de dólares no exterior gerava uma contradição entre suas funções enquanto meio de pagamento e reserva de valor, criando uma crise potencial de conversibilidade às taxas de câmbio então prevalentes. Frente a esta situação havia dois caminhos a tomar: elevar a taxa de juros interna para reduzir os fluxos de capitais para fora com o custo de provocar uma recessão interna ou processar uma desvalorização do dólar para eliminar o déficit comercial (Carneiro, 1984).

Diante das opções apresentadas, adotou-se a segunda alternativa, que resultou na eliminação do sistema de conversibilidade dólar-ouro em 1971, e na subsequente adoção do sistema de taxas flutuantes no ano de 1973. O impacto dessas medidas redundou em um processo de desvalorização contínua da moeda norte-americana, sem que isso, todavia, conduzisse à reversão de seu déficit comercial.

Nesse contexto, verificou-se uma ampliação da importância do sistema financeiro internacional, o qual, através da reciclagem do superávit comercial dos países exportadores de petróleo, do aproveitamento dos capitais líquidos exportados pelos EUU e pela incorporação de novos bancos ao sistema, atuava no financiamento do déficit comercial dos países do terceiro mundo (não exportadores de petróleo) e na garantia da liquidez dos países industrializados. Nas condições apresentadas, o equilíbrio de tal sistema apoiava-se, por um lado, na intensificação dos ritmos do comércio internacional e, por outro, na manutenção dos níveis de exportação dos capitais norte-americanos.

Porém o aprofundamento da erosão econômica dos Estados Unidos, expresso na diminuição relativa de sua competitividade internacional e nas desvalorizações sucessivas de sua moeda, colocava em cheque a manutenção do dólar como moeda-reserva para as transações internacionais. Diante desse fato, a administração norte-americana adotou, a partir de 1979, um programa de recuperação do dólar, o qual consistia na elevação da taxa de juros básica (*prime rate*), visando a reverter o fluxo de capitais para os Estados Unidos e, dessa forma, deter o processo de desvalorização

de sua moeda. Com a elevação da *prime rate*, ocorre uma retração nos financiamentos de médio prazo, inibindo o fluxo de capitais dos Estados Unidos para o sistema internacional e inaugurando, assim, uma nova crise de liquidez mundial, agravada, por sua vez, pela retirada de alguns pequenos bancos, que se incorporaram ao sistema financeiro internacional na etapa anterior, afugentados pela ampliação dos riscos de operação do sistema.

Paralelamente a isso, verificou-se um aprofundamento da demanda de novos financiamentos por parte dos países do terceiro mundo (não produtores de petróleo), os quais, atingidos pelo segundo choque do petróleo, buscavam recursos para a cobertura de seus déficits comerciais, provocando, assim, a elevação das taxas de risco (*spreads*) cobradas pelos grandes bancos. Ora, com a elevação das taxas de juros e a diminuição dos prazos de pagamentos, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento viram-se às voltas com o fenômeno do endividamento progressivo, expresso no crescimento em espiral de suas obrigações financeiras, sob a forma da “rolagem da dívida”, conduzindo-os ao limiar da insolvência.

O contorno definitivo dessa nova conjuntura econômica internacional foi estabelecido no ano de 1982, com o pedido de moratória do governo mexicano, o qual precipitou uma retração global da política de novos empréstimos pelos credores internacionais e o esgotamento dos países endividados.

Esses elementos tiveram importância decisiva também na definição das políticas de inversão dos grandes investidores internacionais, os quais, diante do advento da crise da dívida externa nos países periféricos, adotaram uma política de paralisação e, em alguns casos, de retração dos investimentos até então realizados naqueles países, em particular na América Latina.

Por outro lado, a necessidade de cumprimento dos compromissos financeiros outrora assumidos pelos países endividados junto aos bancos credores obrigou o recurso desses países ao Fundo Monetário Internacional e a consequente aceitação das condições estabelecidas pela insti-

tuição para a concessão dos empréstimos necessários ao pagamento dos juros das dívidas anteriormente contraídas.

Ao se submeterem às políticas de ajuste econômico prescritas pelo FMI, os países devedores procederam à incorporação, em seus programas econômicos, de elementos limitadores às políticas de intervenção e financiamento estatal das atividades econômicas, reequilíbrio da balança de pagamento (via restrição das importações e aumento das exportações), o que, na maioria dos casos, significou a interrupção de seus projetos de desenvolvimento econômico e a deflagração das tendências recessivas em suas economias.

Tais aspectos, associados, algumas vezes, à persistência de legislação restritiva à livre atuação do capital estrangeiro e à inelasticidade dos mercados, provocada pela concentração da riqueza, configuraram um quadro de desestímulo ao ingresso de novos investimentos estrangeiros nos países em via de desenvolvimento, exceção feita àqueles que, a partir de então, instituíram mecanismos de atração dos capitais estrangeiros através do oferecimento de vantagens fiscais bastante convidativas, como no caso dos “paraísos fiscais” (*tax heaven*).

Com isso, consubstanciou-se uma nova etapa no relacionamento do grande capital internacional com as economias em desenvolvimento da América Latina. A superação, nas economias desenvolvidas, do estágio econômico caracterizado pelos investimentos maciços de indústrias pesadas e química e sua substituição pela etapa industrial, que tem, nas indústrias de alta tecnologia (*high tech*), seu principal propulsor, associada às dificuldades de realização do lucro industrial no interior das próprias economias periféricas, seja em função da existência de restrições à remessa de lucros, seja em função da depressão dos mercados nacionais, conduziu os investimentos estrangeiros preferencialmente para o setor financeiro, onde desempenhava as funções de financiador da dívida externa dos países em desenvolvimento.

O PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS E SUAS REPERCUSSÕES NA ECONOMIA MUNDIAL

Outro elemento fundamental para o delineamento do perfil das relações internacionais na virada dos anos 80 foram as redefinições na política econômica dos EEUU, expressas no Plano de Reestruturação elaborado pela equipe governamental da primeira administração Reagan.

A situação vivida pela economia norte-americana naquele momento foi descrita por Luis Maira nos seguintes termos:

... os Estados Unidos encontravam-se no início da década de 80 num momento crucial de seu horizonte como potência imperial, que definiria sua capacidade futura para recuperar seu papel como potência central do sistema capitalista ou passar a ser somente uma força influente, porém não-determinante, em um novo sistema internacional de poder (Maira, 1984).

De fato, para os estrategistas norte-americanos, o início dos anos oitenta apresentava para os EEUU um certo número de desafios associados a fatores tais como: a) perda da preeminência industrial do país e redução de sua competição frente à concorrência de novas potências industriais como o Japão e a RFA; b) a reversão da correlação de forças no âmbito estratégico militar em favor da União Soviética; c) a ampliação da dependência norte-americana de matérias-primas e minerais estratégicos obtidos junto aos países do Terceiro Mundo.

Essas questões exigiam, para o seu adequado equacionamento, a tomada de decisões relativas aos seguintes aspectos:

- Ampliação dos investimentos em pesquisa de tecnologias voltadas para o desenvolvimento de novos processos industriais, visando a melhorar a situação da indústria norte-americana em face da competição de seus principais concorrentes internacionais, inclusive no interior do próprio mercado norte-americano.²¹

- Recuperação da superioridade militar frente à União Soviética, através do reinvestimento maciço em armamentos estratégicos e não convencionais, reaquecendo a corrida armamentista e apertando o garrote em torno do pescoço de seu oponente, que teria de se desdobrar para acompanhar o crescimento do arsenal estratégico norte-americano.
- Mudança das regras do comércio internacional em favor dos Estados Unidos, procurando, ao mesmo tempo, garantir a auto-suficiência norte-americana em termos de matérias-primas, consideradas de importância estratégica.

A efetivação de tal política passava, por sua vez, pela definição de algumas prioridades relativas aos meios e processos através dos quais aqueles objetivos seriam atendidos. Essa relação de prioridades caracteriza tanto a metodologia seguida pelos administradores e tomadores de decisão, em termos de política econômica internacional dos Estados Unidos, quanto a orientação política responsável por sua implementação. Sendo assim, os pontos prioritários da estratégia econômica da administração Reagan foram arrolados por Roberto Bouzas:

- 1) O privilégio da segurança. Um elemento prioritário da nova política externa da Administração Reagan foi a subordinação dos problemas e conflitos econômicos à lógica do enfrentamento Leste-Oeste (...) Como consequência disto, a coordenação e a negociação passaram a um segundo plano, tendo o bilateralismo recuperado, além do mais, sua importância efetiva para influenciar os interesses políticos e de segurança norte-americanos.
- 2) A prioridade do mercado e do setor privado. O segundo grande princípio orientador da política internacional da Administração Reagan foi a ênfaseposta no papel do setor privado e dos mecanismos de mercado na condução das relações econômicas internacionais. Como consequência disto o governo norte-americano realizou intensas pressões no sentido de aumentar o caráter

²¹ Luis Maira retrata a preocupação norte-americana com o crescimento da competição das indústrias japonesas dentro dos próprios Estados Unidos, preocupação essa que adquiriu traços singularmente emblemáticos em 1980, por ocasião da perda do segundo lugar em vendas,

no ramo automobilístico, pela General Motors para empresas japonesas; alguns estudos oficiais prognosticaram que, caso a situação não se modificasse, Detroit se converteria em um "cemitério industrial". Cf., Maira, 1984, p. 19.

comercial dos empréstimos concedidos por organismos financeiros multilaterais e tornar mais rígidos os termos da condicionalidade, reduziu, a um perfil ainda mais baixo sua participação nas negociações internacionais desenvolvidas no marco Norte-Sul; e tomou um conjunto de medidas dirigidas a estimular os fluxos privados de capital.

3) A primazia do ordenamento interno (...) a recuperação e o ordenamento interno da economia nacional converteram-se no mecanismo fundamental para restabelecer condições favoráveis para o crescimento mundial. (...) por esta via racionalizava-se a transferência ao conjunto da economia internacional das influências derivadas da aplicação de tal programa.²²

A implementação desses objetivos contribuiu decisivamente para configurar o perfil das relações internacionais ao longo de toda a década de oitenta, alterando os aspectos centrais predominantes no âmbito das iniciativas em termos de política exterior produzida pela Administração James Carter. Nesse sentido, a ênfase na distensão e no desenvolvimento (articulada com a postulação do tema dos Direitos Humanos) cedia lugar à confrontação estratégica e à busca da superioridade militar frente à URSS, à manutenção das zonas de influência (sobretudo quando situadas em áreas caracterizadas pela existência de grandes reservas de matérias-primas e minerais de importância estratégica para os EEUU), ao esforço de cooperação econômica e à busca de entendimento através dos mecanismos multilaterais, substituídos pelas articulações bilaterais. Os temas ligados à dívida externa, financiamentos, ajuda econômica e recebimento de novos investimentos estrangeiros foram rigidamente enquadrados no marco de considerações estritamente comerciais (sendo virtualmente recusadas, portanto, quaisquer possibilidade de regeneração em termos políticos das condições de pagamento da dívida externa), e as regras de funcionamento da economia internacional (sobretudo a lógica de suas operações financeiras) submetidas

às políticas de ajuste interno da economia norte-americana, as quais se norteavam por objetivos privatizantes, monetaristas e anti-inflacionários.

Emergia, portanto, uma nova atmosfera nas relações internacionais. Tal atmosfera era caracterizada pelo esforço obstinado da administração norte-americana de recuperar as posições perdidas a partir de meados da década de 60, tanto do ponto de vista de seu desempenho econômico internacional quanto do ponto de vista da diminuição relativa do seu poderio militar e do controle de áreas de influência. Esse esforço apenas poderia se materializar sob a forma de uma ofensiva para revalorizar a moeda norte-americana, visando a equilibrar suas relações econômicas com os parceiros do mundo desenvolvido (Canadá, Europa Ocidental, Japão), revitalizar sua economia através de uma rigorosa política de ajuste econômico capaz de neutralizar as tendências inflacionárias e ensejar o processo de modernização industrial, melhorar sua situação no mercado internacional através do controle sobre o sistema financeiro internacional, garantindo a liquidez das economias centrais via restrição de novos financiamentos e aumento dos juros sobre a dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

Se, para os EEUU, essa política se mostraria ineficaz e inclusive acentuaria os aspectos recessivos anteriormente presentes, para os países do Terceiro Mundo ela significou a acentuação do ciclo de estagnação e de crise anunciados pelo Segundo Choque Internacional do Petróleo, configurando, ao longo de toda a década, uma situação econômica desestimuladora à realização de investimentos produtivos e ao ingresso do capital estrangeiro. Como demonstra Roberto Bouzas:

Durante 1982 o número de falências foi o mais alto desde 1933, alcançando também as corporações. (...) Mesmo assim, a supervalorização do dólar estimulou as importações e desestimulou as exportações, constituindo-se num fator de pressões recessivas para a economia norte-americana e num estímulo adicional às tendências em favor de uma quota de proteção de mercado.²³

²² Bouzas, Roberto. A economia Norte Americana e América Latina. Complementaridade e conflito em fase recente. In: Plastino, Carlos Alberto; Bouzas, Roberto. op. cit. p. 48.

²³ Cf., Bouzas, Roberto. op. cit., p. 50. Não obstante uma modesta recuperação no biênio 1982-1983, as principais

A AMÉRICA LATINA DIANTE DAS REDEFINIÇÕES DA ECONOMIA INTERNACIONAL

Os efeitos provocados pelas alterações nas relações internacionais sobre a economia dos países latino-americanos configuraram um quadro caracterizado pela estagnação, expressa em taxas reduzidas de crescimento, instabilidades no financiamento dos principais setores da economia e crescimento da inflação e do desemprego.

De acordo com os dados da CEPAL, com a drástica limitação dos financiamentos externos e das linhas de crédito até então recebidas pelos países latino-americanos, verificou-se uma redução na entrada bruta de capitais, passando da cifra de 37.600 milhões de dólares em 1981, para 3.300 milhões em 1985 (CEPAL, 1987, p. 23). Segundo essa mesma fonte, os bancos privados, principais credores da dívida latino-americana, reduziram o volume de novos créditos, de 30 bilhões e 500 milhões de dólares em 1981 para 1 bilhão e 700 milhões em 1985 (1988, p.11).

A necessidade de arcar com os compromissos financeiros anteriormente assumidos junto aos bancos credores fez com que a América Latina se constituísse, ao longo da década de 80, em virtual exportador de capitais, tendo transferido ao exterior 150 bilhões de dólares entre 1982 e 1987, ainda segundo os dados da CEPAL.²⁴ Estimativas calculavam que os recursos empregados na amortização da dívida consumiram cerca de trinta por cento do capital acumulado na região entre 1983 e 1987. Essa sangria retirou dos países latino-americanos as possibilidades de financiar seu desenvolvimento econômico e investir na modernização industrial; ao invés disso, sofreram uma redução nas inversões produtivas, que declinaram em valores brutos de 168 bilhões de dólares em 1980 para 118 bilhões em 1984. A parte relativa às inversões no PIB caiu

tendências recessivas, como a desocupação da força de trabalho, além de outros indicadores econômicos como os déficits federais, haveriam de se manter ao longo de toda a década.

²⁴ CEPAL, 1987, p. 24. O informe observa ainda que a remessa de tais capitais para o exterior, em uma conjuntura crítica, constituiu-se em uma "limitação fundamental para a reanimação de um processo dinâmico e sustentado de crescimento econômico."

de 24,9% em 1981, para 18% em 1986.

No âmbito do comércio exterior, verificou-se, no período, uma retração das importações latino-americanas da ordem de mais de 40%, como decorrência natural das políticas de ajuste econômico, reequilíbrio da balança comercial e obtenção de divisas para o pagamento dos serviços da dívida, uma vez que apenas esses itens consumiam entre 30 e 40% do valor total das exportações, situação agravada em decorrência da deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos latino-americanos no mercado internacional:

Variação dos termos de intercâmbio dos produtos latino-americanos no comércio internacional durante o decênio 1975-1985 (1970 = 100)					
Ano Fiscal	1975	1977	1979	1982	1985
Valor	116,3	127,6	119,9	106,6	106,8

Fonte: CEPAL²⁵

Quanto aos investimentos diretos estrangeiros, eles também experimentaram uma diminuição substantiva, declinando entre 1981 e 1984, de 7 bilhões e 600 milhões para 3 bilhões e 300 milhões. Em termos percentuais, a América Latina, que receberia 53,3% do total dos investimentos estrangeiros realizados no Terceiro Mundo em 1981, passou a receber, em 1984, apenas 29% desse montante.²⁶ O estoque de inversões norte-americanas no continente declinou, entre 1981 e 1984, de 30 bilhões e 800 milhões de dólares para 28 bilhões e 100 milhões de dólares.

A EVOLUÇÃO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA E A REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO PAÍS

A economia brasileira também seria palco da desorganização provocada pelas modificações sofridas pela economia internacional na virada dos anos 80. A exemplo dos demais países latino-americanos, o Brasil também padeceu os efeitos perveros do corte dos novos créditos, da elevação das

²⁵ CEPAL, 1984. op. cit., p.19

²⁶ Integración latino-americana, 1987, p. 22.

taxas de juros, da queda do valor das exportações e do aumento do valor das importações. Tais fatores, por sua vez, produziram violentos efeitos recessivos, como a redução dos índices de crescimento do PIB, a diminuição das taxas de investimentos, o incremento da dívida externa, a deflagração da espiral inflacionária e a estagnação industrial.

Analizando em termos históricos, podemos considerar que a Primeira Crise Internacional do Petróleo (1973) foi compreendida pelas autoridades econômicas brasileiras como um choque de implicações duradouras, as quais demandavam a reversão das prioridades de investimento interno para o setor de bens de produção, em lugar do setor de bens de consumo duráveis, como até então se verificara. Contudo o “gigantismo” da estratégia adotada seria posto em cheque quando, na sequência da Segunda Crise Internacional do Petróleo, ao verificar-se a retração dos créditos internacionais e elevarem-se as taxas de juros simultaneamente à deterioração dos termos de troca dos artigos primários exportados pelo País (com o consequente desequilíbrio da balança comercial), o Estado brasileiro viu-se destituído dos recursos necessários à continuação de sua política de vultosos investimentos no setor de infra-estrutura, deflagrando, assim, uma crise de redução das taxas de crescimento econômico, limitação das ofertas de emprego e estagnação.

Entretanto, alguns condicionantes internos também desempenharam um papel nada desprezível na gestação e posterior deflagração da crise. Segundo alguns autores, um dos fatores que anteciparam tal crise foi a queda dos investimentos privados, que vinha se verificando sistematicamente desde o ano 1978, sendo que, em alguns setores fundamentais da economia, como no caso da indústria automobilística, houve uma paralisação no crescimento da demanda já em 1975, embora essa queda viesse sendo compensada com a realização de investimentos pelo Estado. Entretanto, a adoção da política de autoridade econômica de 1980, que previa, entre outras coisas, uma diminuição substancial nos gastos públicos, provocou a retração dos investimentos estatais, favorecendo o

desenvolvimento das tendências à estagnação.

Por outro lado, a ausência de uma poupança interna capaz de financiar aqueles projetos (decorrência da política de concentração da riqueza e má distribuição dos ingressos) agravou a situação, conduzindo a economia brasileira para um impasse sem fim. As autoridades econômicas reagiram, então, de forma contraditória e pouco eficiente, no sentido de dirimir os efeitos da crise que se avolumava, conforme afirmou João Manuel Cardoso de Melo:

A política econômica então traçada e aplicada não era capaz de ultrapassar os limites do possível, violando a natureza do Estado e do regime, redefinindo, em profundidade as relações financeiras interna e externas. E nos fins de 1980 chegou a hora da verdade.

Ao adotarem a política econômica recessiva, os dirigentes do país aceitaram passivamente o terível destino que a lógica de ferro da crise... (Mello, 1984).

Essa orientação recessiva adquiriria contornos mais definidos no ano de 1981, quando, diante da ausência de recursos em disponibilidade até mesmo para o pagamento dos juros da dívida externa, o governo adota a decisão de “ajustar” o setor externo da economia brasileira, ou seja, estimular a obtenção de saldos comerciais amplamente favoráveis, que restabelecessem a confiança dos credores de pagamento do país e, com isso, ensejasse a concessão de novos empréstimos. Todavia tal política só poderia ser levada a cabo de forma satisfatória através de uma compressão extraordinária das importações (uma vez que se verifica uma depreciação no valor das exportações de artigos primários brasileiros), o que, na prática, significava a contenção do crescimento econômico.

Um outro fator de estímulo à obtenção de novos financiamentos no exterior foi a política de elevação drástica dos juros internos e o estabelecimento de limites para a concessão de novos créditos. Em consequência da adoção de tais medidas, vários bancos foram obrigados a manter boa parte de seus recursos sem aplicação imediata, os quais passaram a ser utilizados na aquisição de títulos do governo (ORTNs), gerando o fenômeno da cha-

mada “ciranda financeira”, ou seja, a elevação dos juros no mercado aberto de capitais (*open market*), a contenção do crédito e a compra de títulos do governo pelos bancos privados junto ao Banco Central, de modo a garantir a continuidade da política de taxas de juros elevadas.

O crescimento da especulação daí decorrente, ao atrair para o mercado financeiro os capitais disponíveis e encerrar o crédito, ativou ainda mais as tendências recessivas existentes. Um grande número de empresas foi atingido por essa política, vendo-se na contingência de reduzir pessoal e limitar gastos, ampliando o desemprego e a recessão. As empresas que conseguiram se adaptar mais rapidamente às novas condições, reduzindo custos e ampliando a produtividade, passaram a direcionar seus capitais disponíveis para as aplicações no mercado financeiro, realimentando, assim, a ciranda financeira e as tendências inflacionárias. Em consequência, verificou-se, no ano de 1981, um decréscimo da produção industrial da ordem de 10%, havendo ainda crescimento negativo dos índices do PIB e da renda *per capita*.

No âmbito externo, a economia brasileira foi beneficiada pela ampliação das importações dos EUU e de outros países do Primeiro Mundo. Enquanto as exportações mundiais, no período, expandiram-se em 8,5%, e as exportações totais dos EUA aumentaram em 43%, as exportações brasileiras para aquele país ampliaram-se em 57%,²⁷ fato esse que está associado à maxi-desvalorização da moeda brasileira empreendida pelas autoridades em fevereiro de 84 e que proporcionou um crescimento considerável das exportações do País.

No que concerne à dívida externa, verificamos, ao longo do período, a evolução apresentada na Tabela a seguir.

Como se pode ver, a progressão sistemática da dívida, resultante do aumento das taxas de juros em mais de 100% ao longo do período, e a consequente elevação do valor do serviço dessa dívida impõem à economia brasileira um ônus de especial magnitude, consolidando o processo de exportação de capitais pelo país,²⁹ que, associado

²⁷ Cf., Souza, 1984/1985, p. 21-23.

Evolução da dívida externa brasileira no período 1978/1985

Ano	Total da dívida US\$ milhões	Pag. de Juros US\$ milhões
1978	45.069	3.344
1979	53.994	5.348
1980	60.024	7.457
1981	68.743	10.305
1982	79.633	12.551
1983	89.430	10.263
1984	97.798	11.449
1985	103.582	11.239

Fonte: Banco Central²⁸

à redução da capacidade do Estado em arcar com os novos investimentos (de acordo com as políticas de ajuste propostas pelo FMI), configuraram mais um fator de estrangulamento na economia brasileira.

Outro elemento derivado do desenvolvimento dos fatores de crise anteriormente apontada é a diminuição dos níveis de investimentos realizados na economia brasileira durante o período, consequência do efeito combinado da redução das possibilidades de investimento do Estado com a recessão econômica que se abateu sobre o País, fazendo com que as taxas de investimento diminuíssem proporcionalmente ao PIB (o qual, como vimos, conheceu no período uma evolução extremamente irregular) em mais de 10% entre 1978 e 1985, caracterizando uma situação nítida de estagnação econômica, como se pode ver na Tabela seguinte.

Cabe, por fim, ilustrar o acelerado crescimento da espiral inflacionária, a qual, progredindo numa proporção anual média de mais de 100% ao longo do período analisado, aprofundou os aspectos de instabilidade no âmago da economia brasileira, fechando, assim, o círculo crítico de endividamento, a diminuição dos investimentos econômicos e a escalada inflacionária, ambiente bem pouco propício à expansão das inversões estrangeiras.

²⁸ Apud, Costa, 1978, p. 125-149.

²⁹ Entre 1978 e 1985, o Brasil transferiu para o exterior, a título de pagamento dos juros da dívida externa, a quantia de 72.000.006.000 milhões de dólares (quantia superior ao total da dívida em 1981: US\$45.069.000.000), ao mesmo tempo em que se verificava uma ampliação de valor de “principal” da dívida que evoluiu de US\$45.069.000.000 em 1978 para US\$103.582.000.000 em 1985.

Evolução percentual das taxas de investimento na economia brasileira no período 1978-1985

Ano	% do PIB
1978	23,2
1979	22,4
1980	22,5
1981	20,1
1982	18,8
1983	16,0
1984	15,7
1985	16,2

Fonte: IBGE³⁰

Evolução das taxas de inflação (1980/1985)

Ano	Média anual %	Índice acumulado
1980	100,0	100,0
1981	109,9	209,9
1982	95,4	410,1
1983	154,5	1.043,8
1984	220,6	3.346,5
1985	222,8	10.802,4

Fontes: IGP-DI até out de 85, IPCA nov e dez de 85³¹

Naquele contexto, a evolução do investimento direto estrangeiro no Brasil seria influenciada por dois condicionamentos fundamentais: por um lado, a ampliação dos investimentos diretos nos Estados Unidos, notadamente os investimentos japoneses; por outro, os fatores de desajuste interno que funcionavam como inibidores de novas inversões, principalmente a partir da deflagração da crise de endividamento externo em 1982.

Porém a existência de uma base industrial mais sólida, a amplitude de seus recursos naturais e a existência de um grande mercado potencial contrabalançaram, até certo ponto, os fatores de desestímulo à presença dos capi-

tais estrangeiros no País, fazendo com que se verificasse, nos últimos anos da década de 70 e princípios da de 80, uma contração no fluxo de investimentos diretos estrangeiros para a economia brasileira em ritmos inferiores aos verificados em outros países do continente.

Como consequência disso, a participação relativa do Brasil no montante dos investimentos estrangeiros na América Latina conheceu uma elevação substantiva, passando de cerca de 30% em 1981 para cerca de 50% no período 1982-1984. Para a manutenção de tal fluxo de inversões estrangeiras, contribuiu a política de estímulo à conversão da dívida externa em capital de risco (BNDES, 1988, p.134). É o que se pode constatar abaixo.

Como se pode ver, efetua-se uma ampliação na importância relativa do Brasil como receptor dos investimentos estrangeiros endereçados à América Latina, ao mesmo tempo em que diminui a sua importância relativa no conjunto dos “países em desenvolvimento”. Tal fenômeno se explica pela ampliação do fluxo de investimento estrangeiro em direção a outras áreas em desenvolvimento, nomeadamente o continente asiático, em particular a recém aberta economia da República Popular da China e Cingapura.

Investimento externo direto anual na América Latina e nos países em desenvolvimento 1981-1984

(US\$ milhões)	1981	1982	1983	1984
Argentina	823	225	184	268
Brasil	2.526	2.922	1.557	1.598
México	2.541	1.644	454	392
Venezuela	184	257	86	48
América Latina	7.618	6.471	3.781	3.282
Países em desenvolvimento	14.298	13.745	10.876	11.318
América Latina/ Países em desenvolvimento (%)	53,3	47,1	34,8	29,0
Brasil/ América Latina (%)	33,2	53,4	41,2	48,7
Brasil/Países em desenvolvimento (%)	17,7	21,3	14,3	14,1

Fonte: UNTC³²

³⁰ Apud, Costa. op. cit.

³¹ Apud, Costa. op. cit., p. 134.

³² *Foreign direct investment in Latin America: recent trends prospects and policy issues*. New York, 1986, p. 3. Apud BNDES, 1988, p.135.

Investimento externo direto em países selecionados da América Latina e Ásia - 1982-1985 milhões de DES*				
	1982	1983	1984	1985
América Latina				
Argentina	204	172	262	953
Brasil	2.647	1.456	1.559	1.341
Chile	363	126	76	112
Colômbia	332	578	570	718
México	1.489	427	381	495
Venezuela	233	80	47	104
Ásia				
China	389	595	1.227	1.634
Cingapura	1.260	1.041	1.183	1.134
Coréia do Sul	62	65	109	227
Indonésia	205	270	221	252
Malásia	1.266	1.179	778	675

Fonte: Balance of payments statistics yearbook. Washington, FMI, 1986³³

* Direitos Especiais de saque junto ao FMI. A cotação de final de período dessa cesta de moedas, para os anos de 1982 a 1985, foi em US\$/DES: 1,103; 1,047; 0,980; e 1,098

A mesma ordem de considerações invocadas para a explicação da continuidade da importância relativa do Brasil como receptor de capitais estrangeiros na América Latina serve para a explicação da sua permanência, até o final da primeira metade dos anos 80, como possuidor de um dos maiores estoques de investimentos estrangeiros entre os países em desenvolvimento. Entretanto, o rápido crescimento das inversões estrangeiras nas novas áreas já citadas configuraria uma tendência fundamental ao declínio das posições brasileiras

Evolução das taxas de inflação (1980/1985)		
País	US\$ Bilhões	Crescimento médio anual 1973-1983 (%)
África do Sul	17,1	7,4
Argentina	5,8	11,5
Brasil	24,6	12,6
Cingapura	7,9	24,4
Coréia do Sul	1,8	9,9
Malásia	6,2	17,8
México	13,6	15,9

Fonte: FMI³⁴

³³ Apud BNDES, 1988, op. cit., p. 136.

³⁴ *Foreign direct investment in Latin America*. Washington, 1985. (FMI, Occasional Paper, 23). Apud BNDES. op. cit., p. 137.

em proveito de outras áreas, como se pode verificar nos dados sobre a evolução do investimento estrangeiro em países em desenvolvimento no decênio 1973-1983.

Segundo tal quadro, o Brasil que ocupava o primeiro lugar entre os países receptores de investimentos estrangeiros no mundo em desenvolvimento na primeira metade dos anos 70, uma década depois havia sido suplantado, no que se refere aos índices anuais de incremento das inversões estrangeiras, por países como Cingapura, Malásia, México, sendo ameaçado até mesmo pela Argentina, que apresentava, então, uma economia em adiantado estado de sucateamento.

CONCLUSÃO: a economia brasileira e o espaço econômico mundial em tempos de globalização

As décadas de 80 e 90 do último século foram caracterizadas pelo fenômeno que ficou conhecido como Terceira Revolução Industrial. Esse processo, verdadeira reestruturação produtiva do capitalismo mundial, se iniciou na seqüência dos choques nos preços do petróleo dos anos 70 e 80 e foi, entre outras coisas, uma resposta dos países industrializados às ações conjuntas dos países do chamado terceiro mundo na negociação de seus produtos no mercado internacional. Orientada originalmente pelo interesse no aproveitamento de matérias primas e fontes energéticas alternativas àquelas exportadas pelos países da periferia econômica do mundo, a chamada revolução tecnocientífica se realizou através da transição de um padrão de produção industrial – baseado no uso extensivo da força de trabalho e no processamento de insumos orgânicos – para outro baseado no uso intensivo de força-de-trabalho e da tecnologia e no processamento de insumos já elaborados.

Como resultado, toda uma geração de indústrias surgidas quando da chamada Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, foi substituída por outra, alicerçada na automação e na produção de artigos de alta tecnologia. Com

isso, acentuou-se a subalternidade econômica dos países periféricos no comércio mundial através da perda de relevância relativa de suas importações, da sobrevalorização dos produtos exportados pelos países industrializados no comércio bilateral, aumentando também o abismo que separa as precárias economias do continente das indústrias *high tech* do mundo desenvolvido.

Além disso, um dos efeitos colaterais da reestruturação produtiva é o uso crescente da tecnologia, o qual exige grandes investimentos em pesquisa, resultando na elevação do custo de produção em contrapartida ao aumento do valor agregado das mercadorias. Esse fato, combinado com a contração relativa dos mercados consumidores – como consequência do desemprego produzido pela automação – nos próprios países centrais, gera a necessidade de uma ampliação sistemática dos investimentos, o que, em termos macro-econômicos, significa um entrelaçamento cada vez maior entre as indústrias e os bancos. Esses, por sua vez crescentemente solicitados para o financiamento da pesquisa e da produção de novos produtos, passam a cobrar caro pelos valores emprestados, acarretando uma elevação significativa dos juros dos empréstimos contratados e o endurecimento da negociação dos créditos já concedidos. Dessa maneira, os países dependentes, já excluídos do centro dinâmico da economia mundial pelo monopólio tecnológico dos países centrais, descobrem-se também excluídos dos créditos e financiamentos e com uma dívida a pagar.

Efetivamente, o mundo nunca foi tão desigual, ou melhor, desde que o desenvolvimento de um mercado mundial instituiu as condições para a existência de uma história universal, jamais as relações econômicas e sociais em vigor nas diferentes partes do planeta adquiriram um aspecto tão desproporcional. Os desniveis entre os indicadores econômicos de produtividade e eficiência e os indicadores sociais de distribuição da riqueza e da qualidade de vida jamais foram tão flagrantemente favoráveis a um pequeno número de estados nacionais e tão visivelmente desfavoráveis à grande maioria dos outros, o que significa que, em

nenhum outro momento da história, aquilo que poderíamos chamar de sociedade internacional apresentou-se tão hierarquizada e excludente quanto nos dias atuais. O fato de que tais características tenham se configurado como resposta ao incremento dos processos de descolonização e ao avanço de movimentos reformistas e anti-imperialistas no pós-guerra confere à moldura da ordem internacional em vigor na atualidade o aspecto de uma autêntica *revolution conservatrice* (revolução conservadora). Essa inflexão histórica tem suas origens nos abalos econômicos gerados pelas duas crises do petróleo dos anos 70 e sua engenharia político-econômica implementada pelas administrações republicanas Reagan (1980-1984 e 1984-1988) e Bush (1988-1992), reafirmada através do *Washington Consensus* da gestão William Clinton (1992-1996 e 1996-2000).

Como já foi dito, o problema da dívida externa foi destituído de qualquer conotação política e subordinado estritamente ao enfoque da financeirização, despojando os países devedores de parcela considerável de sua margem de manobra. Os contenciosos comerciais passaram a ser tratados no interior do GATT, onde eram submetidos rigidamente às perspectivas ultra liberais, que desqualificavam liminarmente qualquer demanda de proteção às frágeis economias nacionais dos países periféricos. Tal orientação produziu, como um de seus desdobramentos mais palpáveis, a monopolização dos processos de produção de novas tecnologias avançadas por parte das economias setentrionais, traçando-se, assim, uma nova linha divisória entre os países do mundo e contrapondo-se o seletivo clube das economias exportadoras de capitais e alta tecnologia do hemisfério norte às economias retardatárias, importadoras de capitais e tecnologia de ponta, do hemisfério sul. Por fim, e talvez o mais prejudicial efeito da reestruturação econômica orquestrada pelo estado norte-americano, verificou-se um esvaziamento sistemático das instâncias multilaterais de deliberação internacional, nas quais as nações do Terceiro Mundo, nas duas décadas anteriores, haviam acumulado forças e orientado as discussões em dire-

ção à superação de seus problemas de desenvolvimento econômico e social. Tal esvaziamento atingiu diretamente os órgãos do próprio sistema das Nações Unidas (UNESCO, UNCTAD), forçando o encaminhamento das divergências econômico-comerciais ao âmbito das negociações bilaterais, nos quais os países da periferia viram-se geralmente reduzidos a uma posição de clara inferioridade face às potências centrais. Ora, se tais inflexões significaram, para as economias da própria Europa Ocidental e o Japão, uma atualização de sua subordinação aos Estados Unidos, e se, para o Brasil e as economias latino-americanas, significou o ingresso em um ciclo de estagnação, desindustrialização e reforço da subalternização, para a grande maioria dos países africanos representou o cancelamento do processo de edificação de suas bases industriais, a interrupção da modernização econômica e a catástrofe social com as quais se encontram às voltas até os dias de hoje.

De fato, nos termos anteriormente formulados, a globalização pode ser caracterizada como a conclusão do movimento de subordinação formal da totalidade da atividade econômica do planeta à lógica dos processos de produção e reprodução ampliadas do capital. Tal movimento, até recentemente, teve, na existência das economias estatizadas do chamado socialismo real e no intervencionismo estatal das economias capitalistas de modernização tardia, obstáculos ainda que relativos à sua configuração cabal. Trata-se, portanto, de um novo ciclo de mundialização econômica ou de ampliação do mercado capitalista mundial, o qual conduz às suas últimas consequências a conquista do mundo pelo capital. Essa situação, por sua vez, enseja uma ampliação da esfera de circulação dos capitais e uma intensificação de seu movimento em um nível sem precedentes. Sua materialização se dá através da mundialização dos investimentos e da produção industrial, que tem como contrapartida uma efetiva unificação dos mercados financeiros internacionais, cujo escopo de atuação também se alarga de maneira inédita, o que, na opinião do crítico Robert Kurz, converte a economia mundial em um autêntico “cassino glo-

bal”.³⁵ Essa conversão do globo, com toda a sua complexidade e contradições, em um grande mercado unificado mundialmente demanda a disponibilidade e o acesso rápido das informações necessárias à realização de grandes negócios, o que impulsiona o desenvolvimento das redes informativas e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação. Opera-se, assim, como em nenhum momento anterior da história, uma verdadeira globalização dos processos de informação e comunicação, materializados e idealmente *fetichizados* no desenvolvimento da rede mundial de computadores (internet), na sofisticação da transmissão de informações via satélite e na ampla difusão da telefonia celular.

Ocorre, portanto, um verdadeiro processo de globalização. Porém tal processo, longe de eliminar as contradições pré-existentes na economia mundial capitalista, acentua seus antagonismos e atualiza suas antinomias. Em primeiro lugar, porque, paradoxalmente, promove uma unificação hierarquizada dos sistemas de produção e troca no plano internacional, na qual uma suposta interdependência dos mercados se materializa na efetiva dependência das economias periféricas em relação às economias hegemônicas, caracterizando o paroxismo de uma mundialização excludente. Em segundo lugar, porque a ampliação do escopo e a intensificação do fluxo dos investimentos e das trocas internacionais coexistem com a persistência do protecionismo e o exclusivismo dos grandes blocos econômicos internacionais (NAFTA, União Européia, etc). Em terceiro, porque a expansão global do mercado capitalista não supriu ou mesmo atenuou os conflitos econômicos, quer em sua dimensão bilateral, quer no relacionamento entre os blocos. Mais do que isso, instituiu um sistema de confrontação econômica bi-fronte, que se expressa na interação competitiva entre as potências hegemônicas (norte - norte) e na “integração” antagonica norte - sul. Porém, pior do que tudo é o projeto de subalternização permanente de áreas inteiras do mundo, através da exclusão total do

³⁵ Ver Kurz, 1997.

círculo dos investimentos e das trocas internacionais. Destino que as forças hegemônicas da globalização parecem reservar às economias “perdedoras” ou menos competitivas do mundo.

Uma das forças propulsoras fundamentais do processo de globalização econômica é a chamada revolução tecnológica. Deflagrada na seqüência do segundo choque internacional dos preços do petróleo, como resposta das economias centrais ao encarecimento relativo das matérias primas e recursos energéticos procedentes das regiões periféricas, alimentada pelas investigações científicas empreendidas no âmbito do complexo militar industrial norte-americano na época da corrida armamentista dos anos Reagan, o advento da chamada Terceira Revolução Industrial representou um divisor de águas na história recente da economia mundial. Seu desenvolvimento alterou irreversivelmente os padrões da produção industrial, instaurando uma nova hierarquização internacional, a qual, transcendendo a diferenciação entre países industrializados e países não industrializados, instituiu a nova distinção entre economias detentoras de tecnologias avançadas (indústrias *high-tech*) e economias dependentes da importação de tecnologias de ponta. Havendo atualizado e mesmo ampliado o *gap* entre o Primeiro e o Terceiro Mundo na esfera econômica e tendo redefinido as relações entre o capital e o trabalho na produção através da ostensiva automação da atividade produtiva, a adesão das economias nacionais e suas respectivas empresas aos novos padrões da atividade fabril impôs-se como um imperativo da nova ou velha ordem econômica do mundo globalizado, sentenciando as economias periféricas do mundo, entre elas a do Brasil, a um novo ciclo de integração subordinada, cuja durabilidade parece se inscrever no tempo histórico braudeliano da longa duração.

(Recebido para publicação em agosto 2006)
(Aceito em setembro de 2006)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo Paiva (Org). *A Ordem do Progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. Cap. 4, 5.
- BNDES. Área de Planejamento de Estudos/ Departamento de Estudos – DEEST. *O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva*. Brasília: 1988.
- BOUZAS, Roberto. A economia norte-americana e a América Latina. Complementaridade e conflito numa fase de crise. In: PLASTINO, Carlos Alberto; BOUZAS, Roberto (Orgs.) *A América Latina e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 48.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARNEIRO, Ricardo. A Crise atual do capitalismo. *Presença: revista de política e cultura*, [S.I.], n.4, ago./out., 1984.
- CEPAL. *Anuário Estatístico de América Latina*. Santiago do Chile, 1984.
- _____. *Notas sobre a economia y el desarrollo de América Latina*. Santiago de Chile, n.455/456, p. 23-24, 1987.
- _____. *La evolución del problema de la deuda externa en América Latina y Caribe*. Santiago de Chile. n.148, p. 11, 1988.
- COSTA, Edmilson. Plano Verão: consistência, contradição e perdas salariais. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, [S.I.], v. 4, n. 14, p. 125-149, 1978.
- COUTINHO, Luciano. Percalços e problemas da economia mundial capitalista. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.
- FURTADO, Celso. Crise e transformação da economia capitalista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 14, n. 1, abr./jun., 1983.
- GOLDENBERG, José. O Brasil, a crise de energia e o programa nuclear. *Revista L&PM Oitenta*, Porto Alegre, [S.I.], n. 8, p. 91-105, 1983.
- GUERRA, Rivaldo. A recuperação da economia. In: _____. *Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro [1972?] Mimeo.
- HOLLERMAN, Leo. *Japanese strategy in Brazil*. Massachusetts/Toronto: Lexington Books, 1988.
- Kurz, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. Campinas: UNICAMP, 1975.
- MAIRA, Luis. A Crise de hegemonia internacional dos Estados Unidos e seu impacto para a América Latina. In: PLASTINO, Carlos Alberto; BOUZAS, Roberto (Orgs.) *A América Latina e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- MARANHÃO, Ricardo. *O Governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 57-59.
- MARINI, R. M.; GUERRA, R. *Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro* (mimeo). Rio de Janeiro, 1972.
- MELANDRI, Pierre. L'apprentissage du leadership occidental. Les Etats-Unis et le monde, 1941-1949. *Relations Internationales*, n. 22, eté 1980, p. 175-192.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Crise, povo e transição: dilemas da democracia progressiva no Brasil. *Presença Política e Cultura*. Rio de Janeiro, ago./out., 1984.

- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Cap. 2
- OLIVEIRA, Adilson de. Contratos de Risco: o fim do monopólio estatal do petróleo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 25, jul., p. 43-62, 1980.
- PIETRE, Valdir. Proálcool: legislação, ecologia e questão social. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 68-69; 71, 1980.
- POSSAS, Mario Luiz. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. n.2. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Desenvolvimento capitalista no Brasil, n. 2 - Ensaios sobre a Crise*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 18-19.
- SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. Da crise à expansão: uma trajetória ameaçada. *Presença Política e Cultura*, Rio de Janeiro, n.5, dez.84/fev.85. p. 21-23.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. A crise financeira global. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 2, abr./jun., 1983.
- URBAN, Ludek. Modificações na estrutura econômica do capitalismo de Pós-Guerra. In: DOBB, Maurice et al. *Tendências do capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.